

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – FAERMANN, L. A.; SILVA, M. C. Retrato social das famílias de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional. *Emancipação*, São Luís, v. 20, p. 1-15, 2020.

2) Resumo e Palavras-Chave – A discussão em tela demonstra a intrínseca relação entre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes e as condições de vida de suas famílias, apresentando, por meio de dados teóricos e institucionais, que a desigualdade social e as lacunas no âmbito da proteção são as principais razões para a aplicação dessa medida. Nesses termos, foram analisados os reflexos negativos do descumprimento das políticas públicas no cotidiano de vida de famílias em situação de vulnerabilidade, a fim de evidenciar o quanto tal omissão reflete nas suas relações familiares e viola os direitos sociais de seus membros, em especial o direito da criança e do adolescente quanto ao convívio familiar e comunitário. Para a realização deste artigo, utilizou-se a pesquisa documental com base nos registros das famílias atendidas entre os anos de 2013 a 2016 em uma Instituição situada no Vale do Paraíba Paulista que presta serviço de acolhimento conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. O estudo ainda articulou a pesquisa bibliográfica, tendo em vista o aprofundamento da temática abordada, oferecendo contribuições significativas acerca do objeto investigado.

Palavras-Chave: acolhimento institucional de crianças e adolescentes; políticas públicas; violação dos direitos sociais.

3) Objetivo do estudo - Analisar os reflexos negativos do descumprimento das políticas públicas no cotidiano de vida de famílias em situação de vulnerabilidade.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – 2013 a 2016.

6) Forma de coleta de dados – Para realização deste artigo, utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica. Foi levantado o perfil socioeconômico das famílias das crianças e adolescentes acolhidos no período de 2013 a 2016, em uma das unidades de acolhimento institucional de um município do Vale do Paraíba Paulista, a fim de desvendar esse conjunto de variáveis e de reflexões suscitadas em nosso cotidiano profissional. O estudo envolveu a análise de cinquenta e duas (52) famílias e dos respectivos motivos que ocasionaram a aplicação da medida de acolhimento institucional.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Análise bibliográfica e documental.

8) Resultados / dados produzidos – Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 23 sinalize que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”, verifica-se que tal princípio não tem sido respeitado. Apurou-se que 37% dos membros familiares apresentavam conflito com a lei, por aguardarem a decisão judicial em liberdade, estarem foragidos ou envolvidos em atos ilícitos. No tocante a essa realidade, 23% das famílias tinham membros presos, o que aponta a relação entre exclusão e o contexto prisional, indicando claramente um recorte de classe. Quanto ao responsável pelo sustento e pelo cuidado familiar, constatou-se que 46% das famílias eram chefiadas por mulheres. A maioria das crianças ou adolescentes não convive com a figura paterna: alguns pais não reconheceram a paternidade, faleceram ou se mantiveram reclusos. No tocante à moradia, foi levantado um dado bastante complexo, permitindo-nos uma análise importante: 35% dos responsáveis, no período em que seus filhos foram acolhidos, estavam em vivência de rua, sendo tal problemática central no abandono e na falta de cuidado da criança e do adolescente. No tocante ao nível de escolaridade dos membros familiares, 75% do grupo pesquisado apresentaram baixa escolaridade, demonstrando outra problemática associada à alta de estudo: a dificuldade e/ou precarização de inserção no mercado de trabalho. Identificou-se também que, do grupo pesquisado, apenas 69% estavam referenciados em serviços da rede socioassistencial do município, o que comprovam as lacunas das políticas públicas para o atendimento de suas necessidades. Na análise, constatou-se que 62% dos núcleos familiares têm pessoas adictas de álcool e de outros tipos de drogas. Ainda como decorrência da problemática das drogas, constatou-se que 60% dos núcleos familiares analisados apresentavam situações de violência intrafamiliar, com sérios problemas de relacionamento e com vínculos extremamente fragilizados. No tocante à violência de gênero, em 17% das famílias pesquisadas havia mulheres vítimas de agressões físicas e psicológicas, nas quais os principais agressores eram os atuais ou os ex-maridos, companheiros ou namorados. 12% dos casos de acolhimento foram registrados por situações de desistência da adoção, guarda ou tutela por parte de familiares ou não. 2% dos acolhimentos ocorreram por ameaça de morte e 8% por violência física. Do total de famílias atendidas, constatou-se pelo estudo social realizado que todas viviam em condição de pobreza, com histórias de vida marcadas por processos de exclusão aos serviços públicos e de violação de direitos, além de se encontrarem em situação de vulnerabilidade social. O estudo permitiu analisar que essas famílias, por estarem inseridas em um contexto desigual, são negligenciadas pelos serviços públicos, tendo seus direitos sociais cotidianamente violados.

9) Recomendações – Não identificado.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.